



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social
CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEADES/CEAS

Ata da 292ª Reunião Ordinária do CEAS

Data/Hora: 20/03/2025 –09:00 às 12:00

Local: Sala de reunião do Centro de Operações integradas da Segurança Pública – COI

Participantes:

Conselheiras/os da Sociedade Civil: Srª Luciana Ribeiro Xavier Santos – Humana Povo para Povo ;Conceição Pinto Souza – Associação Pleno Cidadão – ASPEC; Srº Kâhu Santos Soares Pataxó –Instituto Mãe Terra; Srª Thaís Maria Machado Silva– CRP- Conselho Regional de Psicologia 3º Região/BA; Srº Rafael Garcia Barreiro - CREFITO – Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 7ª Região; Srª Elciana Roque de Souza Andrade – SINFITO – Sindicato dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais/BA; Srª Cíntia Palma Bahia – SINPSI - Sindicato das/os Psicólogas (os) da Bahia; Srº Verinilson Lima Lucio –CRESS - Conselho Regional de Serviço Social da Bahia 5º Região ; Srª Janaína Dias de Oliveira– Movimento Reinventar da Bahia; Srº Edval Costa Serpa Júnior – FENEBA - Fórum de Entidades Negras da Bahia (MNU/BA).

Conselheiras/os Governamentais: Srª Aline Araújo Silva– SEADES; Srª Gabriele Rocha Dultra– SEADES/SAS; Srª Luciana Trindade Veloso – SEADES/SAS; Srº Jonata da Costa Lopes Oliveira– SEADES; Srº Laércio Conceição Santana – SEADES; Srº Jaimilton Fernandes Santos– SEADES; Srª Ana Catarine Portinho Santana – SEADES;Srº Márcio Gardel de Araújo Aragão; Srª Mariana Esteves Ferreira – SEADES/FEAS; Srº. Fábio Di Natale Guimarães – SEPLAN; Srª Beatriz Melo Teixeira; Srª Emanuela Silva Brito – COEGEMAS.

Equipe Técnica do CEAS: Srª Sarana Brito - Secretária Executiva; Srª Virgínia Brandão – Sec. Adm. ; Srª Luiza Santos – Tec. do CEAS.; Srº Edmilson Bispo – Tec. do CEAS.; Srª Letícia Lins – Tec. do CEAS; Srª Damiana Santos – Estagiária.

Convidados: Srª Fabya Reis – Secretária/SEADES; Srª Leisa Mendes de Sousa –SAS/ SEADES; Srº Mailson Santos Pereira /CTEC; Victor Maciel/SEADES.

A reunião do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) foi iniciada com a presença da Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social, Fabya Reis, que saudou os presentes e comunicou que por motivos de saúde a presidente do CEAS, Sueli Oliveira não pode está presente. A secretária apresentou as pautas a serem discutidas, entre os temas abordados, destacaram-se as apresentações das relatorias das Comissões de Financiamento e Orçamento da Assistência Social, Normas de Assistência Social, Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social e Políticas de Assistência Social, além da apresentação da Rede SUAS, a composição da Comissão de Conferência Estadual de Assistência Social, o reposicionamento e planejamento da reunião descentralizada, a apresentação do programa Alimenta SUAS e o informe sobre o Pacto de Aprimoramento de Metas de Controle Social.

A Secretária, Fabya Reis solicitou alguns minutos à Vice Presidente Aline Araújo, para trazer um pouco do que foi o debate acerca das pautas desta Reunião Ordinária e trazer alguns informes. Informou sobre os encaminhamentos realizados em janeiro, a pedido do Governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, durante evento da Comissão Intergestores Bipartite (CIB). Em seguida destacou a apresentação dos novos serviços e ampliações da rede, incluindo CRAS em territórios quilombolas e indígenas, a atualização do Piso de Proteção às Famílias e o repasse do Benefício Eventual para

mulheres em situação de violência.

Ressaltou que o Governador convocou prefeitos (as) para uma revisão da condução da assistência social nos municípios para o fortalecimento do Pacto de Aprimoramento da Assistência Social na Bahia. Estabeleceu-se na CIB que, entre fevereiro e março, seriam realizados esforços para atender às demandas municipais, incluindo infraestrutura, capacitação de equipes em conformidade com normativas. Foi proposta a criação do selo SUAS para incentivo e assessoramento aos municípios, que será formalizado a implementação na reunião da CIB de março, onde também será realizada a entrega de 11 veículos para Centros POP, adquiridos com recursos de emenda parlamentar. Também será lançado um aporte de R\$ 8 milhões para assessoramento técnico dos CREAS e unidades de acolhimento, além de um caderno orientador elaborado com apoio do PNUD.

Informou que a pauta financeira será debatida em reunião extraordinária, pois a presidente do Conselho, Sueli Oliveira não pôde comparecer por questão de saúde. O Plano de Aplicação será enviado previamente aos conselheiros para análise.

Por fim, solicitou consulta ao Conselho sobre a composição da Comissão da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social e a possibilidade de inclusão do chamamento dos gestores na agenda do Governador para a convocação da 15ª Conferência Estadual, havendo concordância de todos/as os/as presentes, com isso pediu licença ao pleno e se retirou para uma reunião.

A vice-presidente do CEAS retomou a condução da reunião questionando os conselheiros acerca da solicitação da Secretária Fabya Reis e, sem objeções, a sugestão foi aprovada.

Prosseguindo com a reunião, deu-se seguimento a pauta da reunião conforme abaixo descrito:

Pautas:

1. Pacto de Aprimoramento/metas do Controle Social:

A Vice presidente Aline Araújo, iniciou solicitando que essa pauta fosse debatida na reunião do mês de abril devido a necessidade de aprimorar o documento a ser enviado aos conselheiros/as.

1. Aprovação da ATA da 291ª Reunião Ordinária:

Em seguida, a vice-presidente do CEAS submeteu a ata da 291ª Reunião Ordinária à aprovação do conselho. Não havendo sugestões de alteração ou acréscimos, a ata foi aprovada.

2. Apresentação da relatoria das Comissões Temáticas e Especiais:

A vice-presidente, Aline Araújo informou que, no dia anterior, foi realizada a composição e reunião da presidência ampliada e que, antes da reunião ordinária, ocorreram as reuniões das comissões temáticas, onde foram definidos os coordenadores(as) de cada uma. Explicou que as comissões têm o objetivo de otimizar as pautas das reuniões ordinárias, evitando a rediscussão dos temas já debatidos nelas. A partir de agora, as reuniões ordinárias contarão apenas com a apresentação das relatorias das comissões, permitindo contribuições dos conselheiros. Caso algum conselheiro tenha dúvidas sobre uma pauta específica de uma comissão da qual não participa, poderá solicitar a participação em uma reunião da referida comissão.

Foram apresentados os coordenadores das Comissões Temáticas: Comissão de Financiamento – Emanuela Silva Brito; Comissão de Política de Assistência Social – Luciana Ribeiro Xavier Santos; Comissão de Acompanhamento aos CMAS – Thais Maria Machado Silva; Comissão de Normas de Assistência Social – Gabriele Rocha Dutra.

A vice-presidente destacou a necessidade de continuidade da Comissão de Ética para a finalização de uma demanda iniciada na gestão anterior, sendo Jonata da Costa Lopes Oliveira designado como coordenador. Em seguida, foram iniciadas as relatorias das comissões temáticas.

• Apresentação da relatoria da Comissão de Financiamento :

A conselheira Emanuela Brito iniciou sua apresentação cumprimentando os presentes e relatou que, na reunião da Comissão de Financiamento, não houve deliberações de pauta, pois o Plano de Aplicação que seria a principal pauta, não foi entregue pela gestão que solicitou mais tempo para conclusão do documento, ficando esta discussão para a próxima reunião.

A vice-presidente esclareceu que, em razão dessa pendência, será necessária uma reunião extraordinária entre o final de

março e o início de abril, em formato virtual, devido à indisponibilidade de tempo para organização presencial. Antes dessa reunião, a Comissão de Financiamento se reunirá virtualmente para apreciação do Plano de Aplicação.

Em seguida, o conselho foi questionado sobre possíveis ponderações em relação ao relato da comissão, mas não houve manifestações.

Encaminhamentos:

1. A Comissão de Financiamento realizará uma reunião virtual antes da reunião extraordinária para apreciação do Plano de Aplicação.
2. E a data da reunião extraordinária será divulgada oportunamente, com o devido processo de comunicação aos conselheiros.

- **Apresentação da relatoria da Comissão de Política de Assistência Social:**

A conselheira Luciana Xavier iniciou sua apresentação saudando os presentes e relatando que, na reunião da Comissão de Política de Assistência Social, foram discutidos os Benefícios Eventuais e o Pacto de Aprimoramento, apresentado na CIB de fevereiro com contribuições dos gestores. Durante a análise do documento, os conselheiros identificaram a ausência de recursos destinados às ações de controle social.

A conselheira solicitou à Secretaria Executiva do CEAS o envio de documentos anteriores da comissão para revisar as ações da gestão anterior e dar continuidade ao que for possível. Sobre a pauta da próxima reunião da comissão, aguardará os encaminhamentos desta reunião ordinária.

A vice-presidente do CEAS ressaltou que o Pacto de Aprimoramento foi iniciado na gestão anterior, com reuniões entre consultores e conselheiros para levantar demandas, e que a atual gestão o está recebendo em sua fase final. Diante disso, abriu espaço para contribuições dos conselheiros.

A conselheira Thaís Machado mencionou que não teve acesso prévio ao documento completo e sugeriu uma análise detalhada ainda nesta reunião para verificar a possibilidade de ampliação das metas e inclusão de recursos para o controle social. A vice-presidente afirmou que, por ser um documento interno, ainda há tempo para ajustes antes da CIB, marcada para segunda-feira (24).

O convidado Mailson Santos Pereira destacou que o documento não prevê metas específicas para monitorar os compromissos assumidos pelo Estado. Além disso, sugeriu substituir a expressão "dimensão política dos conselhos" por "dimensão de defesa de direitos", para maior clareza quanto ao papel da política de assistência social. A vice-presidente esclareceu que os compromissos expressos no pacto são afirmações políticas, sem metas quantificáveis, mas indicou que as sugestões poderiam ser incorporadas ao documento para evitar ambiguidades futuras.

A superintendente de Assistência Social, Leísa Sousa, explicou que a construção do Pacto de Aprimoramento envolveu interação com municípios e equipes locais. Destacou que a reformulação do pacto incluiu compromissos tanto para o Estado quanto para os municípios, diferentemente da versão anterior, que se restringia ao Estado. Informou que a deliberação sobre o documento ocorrerá na CIB, sendo posteriormente submetida ao conselho. E complementou que melhorias no documento ainda podem ser feitas, mas mudanças substanciais seriam difíceis devido à proximidade da CIB, prevista para o dia 24.

Por fim, a conselheira Emanuela Brito apontou a necessidade de fortalecer e qualificar as secretarias executivas dos municípios, ressaltando que seu papel vai além do suporte técnico, sendo essencial para a mobilização e participação social.

Encaminhamentos:

1. Em resposta às ponderações sobre o Pacto de Aprimoramento, a vice-presidente do CEAS solicitou que o conselho encaminhe suas considerações sobre o documento até o final da tarde do dia 20/03, a fim de viabilizar as devidas inclusões antes da pactuação na CIB.

- **Relatoria da Comissão de Acompanhamentos aos CMAS:**

A conselheira Thaís Machado, coordenadora da Comissão de Acompanhamento aos CMAS, relatou que o CEAS recebeu

denúncias dos municípios como de Pirai do Norte, Curaçá e Salvador, relacionadas à formação e representatividade dos conselhos. Diante disso, a comissão sugeriu analisar as leis municipais, editais e decretos de nomeação desses municípios antes de emitir um parecer. As denúncias envolvem conselheiros e conselhos irregulares, o que exige embasamento legal para uma deliberação adequada. Em relação ao município de Wenceslau Guimarães, a denúncia já foi acompanhada de uma solução, e o CEAS se limitará a validar e orientar o processo de regularização do conselho.

No caso da denúncia do município de Paulo Afonso, foi relatada a inexistência de serviços assistenciais (CRAS, CREAS e serviços de convivência) por um período. A comissão decidiu realizar uma visita técnica, com a conselheira Mariana Esteves se dispondo a conduzi-la. A data da visita será ajustada conforme a disponibilidade do município, e foi sugerido que essa visita acontecesse em conjunto com a equipe da Superintendência da Assistência Social (SAS) para integrar o monitoramento da pasta. Em relação à solicitação de capacitação feita pelo município de Camaçari, a comissão sugeriu, como medida emergencial, encaminhar aos conselheiros cursos já disponíveis no portal de capacitação EAD do MDS e realizar uma live aberta para todos os municípios com orientações gerais sobre a atuação no CMAS. Além disso, foi mencionada a necessidade de oferecer capacitações presenciais por território. A conselheira Mariana Esteves também alertou sobre o prazo para a prestação de contas, que é até 21/04/2025, destacando a importância de realizar a live antes desse período.

Quanto às denúncias do município de Salvador, foram três no total: uma referente ao CRAS de São Cristóvão, uma encaminhada pela Associação ABAPSS e uma do Movimento POP Rua conjunta com a Associação Papo de Mulher. O CNAS encaminhou as denúncias ao CEAS, solicitando levantamento de informações junto ao CMAS. Para o caso do CRAS de São Cristóvão, a comissão deliberou por uma visita técnica, que será realizada pelos conselheiros Mariana Esteves e Rafael Garcia Barreiro.

A vice-presidente do CEAS complementou, destacando que quando as denúncias envolvem equipamentos públicos como CRAS e CREAS, é fundamental que o órgão gestor seja informado para realizar a ação de monitoramento, já que esta é sua atribuição. O CEAS, por sua vez, acompanha e fiscaliza as ações do Estado, enquanto a fiscalização das ações municipais cabe aos CMAS. Assim, a comissão pode encaminhar a denúncia à SAS para que esta realize a visita técnica e encaminhe o relatório à comissão, ou pode realizar o monitoramento conjunto com a SAS e os conselheiros do CEAS, possibilitando uma análise mais ampla da gestão e do controle social. Após a explicação, a vice-presidente abriu para considerações sobre a relatoria da comissão.

Encaminhamentos:

1. A Comissão de Acompanhamento aos CMAS fará uma visita técnica ao CMAS de Paulo Afonso;
2. Em caráter emergencial, indicar cursos de capacitação já existentes;
3. Planejar a realização de uma live aberta a todos os municípios interessados, com orientações gerais sobre a atuação no CMAS, antes do término do prazo para a prestação de contas.
4. Planejar a inclusão de uma oferta de capacitação presencial com os municípios, por território.
5. As denúncias recebidas da cidade de Salvador, será encaminhada ofício ao CMAS de Salvador solicitando documentação e informações a serem consultados.
6. O CNAS solicitou uma visita técnica ao CRAS de São Cristóvão, e dois conselheiros da comissão de acompanhamento participarão da visita, em parceria com um técnico da gestão.

Após encaminhamentos, não houve considerações sobre a relatoria da Comissão de Acompanhamento aos CMAS, dando por encerrada.

• Apresentação da relatoria da Comissão de Normas de Assistência Social:

A conselheira Gabriele Dutra iniciou relatando a necessidade de leitura na íntegra do regimento interno do CEAS, com foco no artigo da composição das comissões, pois houve a ausência de duas conselheiras que não puderam integrar as comissões, e nas ausências e justificativas, sendo a proposta redefinir os critérios para o registro de faltas dos conselheiros(as). Também foi sugerido realizar a leitura do regimento interno do CNAS para garantir direcionamento e resolver questões pendentes. Como parte do processo, será elaborado um cronograma para fornecer devolutivas, e será concedida a possibilidade de participação das conselheiras ausentes como convidadas até junho, conforme o regimento interno.

A secretária executiva do CEAS, Sarana Brito, ao abordar a questão das ausências e justificativas, explicou que o regimento interno menciona a possibilidade de justificar faltas, mas não especifica um número limite de justificativas. Ela sugeriu reavaliar essa questão. O conselheiro Verinilson Lima complementou dizendo que a responsabilidade de justificar as faltas é do conselheiro e não da entidade, e que este seria o tema da próxima reunião. A conselheira Ana Catarine Portinho levantou a questão da temporalidade das justificativas, pois, muitas vezes, elas são feitas no próprio dia das reuniões, o que pode ser revisto no regimento.

A vice-presidente, por sua vez, destacou que o regimento prevê uma temporalidade de cinco dias para justificativas e sugeriu que a comissão discutisse a flexibilização desse prazo, se houver justificativas plausíveis. Quanto às faltas, caso um conselheiro tenha duas faltas consecutivas, a questão deve ser levada à reunião ordinária, e a secretaria executiva informará à entidade do conselheiro(a) que, após a próxima falta, ele(a) não poderá mais compor o conselho.

A conselheira Elciana Roque questionou sobre a articulação com a suplência, especialmente em casos de ausência de conselheiro(a). A vice-presidente explicou que, se houver uma pauta deliberativa e o titular estiver ausente, o suplente pode substituí-lo. Ela também mencionou que, se uma representação se ausentar de forma recorrente, isso pode resultar em sua substituição, e a comissão precisará de mais tempo para analisar e trazer uma proposta para o colegiado.

Encaminhamentos:

1. Leitura na íntegra do regimento interno do CEAS, com atenção especial à composição das comissões, considerando a não completude das mesmas.
2. Redefinir os critérios para o registro das faltas dos conselheiros(as).
3. Elaborar um cronograma da comissão para fornecer as devolutivas.
4. Readequar, até junho, as conselheiras que não estão participando das comissões, para que participem como convidadas.
5. Reavaliar a questão do limite de faltas justificadas.
6. Realizar uma análise sobre a permanência ou substituição de representantes nos casos de ausências recorrentes.

Sem mais contribuições sobre esta relatoria, a reunião seguiu para a próxima pauta.

- **Apresentação da relatoria da Comissão de Ética:**

O coordenador da Comissão de Ética, Jonata da Costa relatou que, durante a reunião, foi discutido um processo que foi iniciado na gestão anterior, além de uma orientação de processo ético, que foi construído pela comissão colegiado anterior. Foi decidido que a leitura dessas orientações seria realizada e, após isso, seria apresentada para contribuições, com a deliberação a ser feita nesta gestão atual. Foi ressaltado que é necessário responder ao CNAS em relação a esse processo ético aberto. Também ficou definido que será marcada uma reunião da Comissão de Ética com caráter urgente para tentar finalizar o processo.

Encaminhamentos:

1. Realizar a leitura do relatório final realizado pela gestão anterior sobre o processo ético;
2. Marcar uma reunião com a comissão de ética para tratar este processo de forma urgente.
3. Responder ao CNAS sobre este processo ético;

4. Reunião Descentralizada:

Ao finalizar os pontos da pauta das comissões, a vice-presidente propôs antecipar a discussão sobre a reunião descentralizada do CEAS. Inicialmente, essa reunião seria realizada junto ao encontro do COEGEMAS, programado para os dias 02 e 04/04 no município de Porto Seguro. No entanto, houve contratempos na organização do evento, o que poderia comprometer a participação dos conselheiros municipais. Após reunião com a presidente do CEAS, foi decidido que a reunião descentralizada não aconteceria mais juntamente com o encontro do COEGEMAS, sendo remanejada para o mês de maio. A data exata será ajustada após consulta ao município, sendo sugerido o município de Prado, no território

do extremo-sul. Não havendo contrapontos ou ponderações, a reunião descentralizada ocorrerá em maio, sendo modificado o calendário do CEAS nessa situação.

5. Apresentação da Rede SUAS:

A conselheira Gabriele Rocha iniciou a apresentação do dashboard de sistemas denominado Rede SUAS Bahia, que permite o acesso da gestão municipal e estadual a todos os sistemas disponíveis de acordo com o perfil de cada usuário. Ela descreveu os módulos que compõem esse sistema no dashboard, detalhando suas finalidades. A intenção é apresentar todo o sistema aos conselheiros/as para um melhor entendimento e compreensão desse sistema.

6. Apresentação do Benefício Eventual/Alimenta SUAS:

O conselheiro e coordenador da Proteção Social Básica, Jonata da Costa apresentou o Benefício Eventual (B.E.) e o Alimenta SUAS, uma iniciativa do governo do estado que segue as diretrizes e prioridades dos instrumentos como o Pacto de Aprimoramento, o Plano Estadual de Assistência Social, o Plano de Governo Participativo, além de estar alinhado com os programas Brasil sem Fome e Bahia sem Fome. Ele descreveu dados sobre a concessão do benefício, como o percentual de concessão por território, utilizando informações de dezembro de 2024.

Após a apresentação, a vice-presidente do CEAS explicou que a execução do Alimenta SUAS em 2025 depende da disponibilidade orçamentária e financeira. Caso haja orçamento aprovado pelo conselho, o mesmo será informado sobre como será executado. Se for necessário um orçamento novo, o conselho precisará apreciar e deliberar para sua incorporação.

A conselheira Elciana Roque pediu a palavra e solicitou explicações sobre um trecho do documento de Jonata da Costa, que menciona dificuldades de execução das ações devido à dificuldade dos municípios em identificar os valores. Em seguida, a conselheira Mariana Esteves alertou sobre a situação das contas e repasses dos benefícios, mencionando que, em sua análise das prestações de contas, muitos municípios enfrentam dificuldades para utilizar o recurso de maneira adequada. O uso indevido, por exemplo, em auxílios para enxovais e funerais, causou a perda do foco do Alimenta SUAS. Ela também destacou que, em novos repasses, como o saldo de 2023 e 2024 reprogramado para 2025, os municípios encontram dificuldades para distinguir os saldos referentes a cada benefício.

A vice-presidente Aline Araújo respondeu dizendo que, embora o SUAS tenha avançado na lógica de blocos de financiamento, acredita que dividir as contas poderia fragilizar esse sistema. Ela destacou que é necessário orientar melhor os municípios sobre a execução dos recursos, pois muitas vezes ocorrem equívocos devido à falta de conhecimento ou orientação inadequada por parte de terceiros.

A conselheira Emanuela Brito sugeriu que a Comissão de Financiamento poderia realizar um trabalho com os administradores municipais, como contadores, funcionários da Secretaria da Fazenda e tesoureiros, para implantar a lógica de bloco na proteção social básica, incluindo o bloco para benefícios eventuais.

O conselheiro Jonata da Costa complementou a fala de Mariana Esteves, mencionando que alguns secretários municipais não têm acesso à chave J, essencial para o pagamento, o que tem sido uma dificuldade significativa. Ele explicou que antes do repasse do recurso de Alimenta SUAS 2024, houve uma reunião de orientação com a equipe FEAS para os secretários que receberam o recurso em 2023 e iriam receber em 2024, mas o problema do acesso à chave J ainda persiste.

Ao final, a conselheira Elciana Roque comentou que sua dúvida foi sanada pelas contribuições dos conselheiros Emanuela Brito e Jonata da Costa.

7. Composição da Comissão Organizadora da Conferência:

A vice-presidente do CEAS apresentou o último ponto de pauta, destacando a publicação da resolução do CEAS sobre a 15ª Conferência Estadual de Assistência Social, mencionando também que o decreto do governador homologando a conferência será publicado na próxima semana. Continuou informando que as conferências municipais devem ocorrer entre 31/03 e 11/07, a 15ª Conferência Estadual foi marcada para 30/09 a 02/10/2025. Para a realização da conferência, foi criada de uma comissão organizadora, que será composta por várias subcomissões com funções específicas.

A vice-presidente apresentou as subcomissões que comporão a comissão organizadora, com funções específicas, e indicou que cada comissão terá quatro conselheiros (dois titulares e dois suplentes), sendo dois do poder público e dois da sociedade civil.

Após abrir para que o pleno se colocasse nas sub comissões, foi validada da seguinte forma:

Coordenação executiva:

Presidente do CEAS Sueli Sobral, a vice-presidente Aline Araújo, Secretária Fabya Reis, a Diretoria Adm e Geral, Secretária Executiva do CEAS, Sarana Brito.

Subcomissão de apoio Administrativo e infraestrutura :

Gabriele Dultra, Luciana Xavier, Cíntia Palma, Laércio Conceição.

Subcomissão de Comunicação e mobilização:

Jaimilton Fernandes, Luciana Veloso, Verinilson Lima, Lucas Gonçalves.

Subcomissão de Apoio as Conferências Municipais e Conferência Nacional:

Elciana Roque, Emanuela Silva, Mariana Esteves, Janaína Dias.

Subcomissão Técnica-científica:

Conceição Pinto, Jonata Costa, Thaís Machado, Ana Catarine Portinho.

Em relação a outros informes, a vice-presidente comunicou que uma reunião extraordinária será marcada em formato virtual, após a análise do documento pela comissão de financiamento. Além disso, o CEAS recebeu um convite para participar do evento FONACEAS, que ocorrerá no final de abril em Brasília. Como a presidente do CEAS não poderá confirmar sua participação devido a problemas de saúde, a conselheira Janaína Dias foi indicada para representá-la, em caso de impossibilidade da presença da vice-presidente a conselheira Luciana Xavier, a substituirá.

A vice-presidente também informou que as reuniões ordinárias de abril foram remanejadas para os dias 23 e 24 de abril, em formato híbrido, para facilitar a participação de conselheiros de outros municípios, considerando a dificuldade de deslocamento no pós-feriado da Semana Santa. Ela solicitou que cada conselheiro informasse a forma de participação, se presencial ou virtual.

Por fim, o conselheiro Jaimilton Fernandes trouxe as dificuldades enfrentadas pelos municípios na transição dos sistemas da Caixa para o Dataprev, destacando que isso tem afetado o acesso às novas ferramentas. Foi acordado que a questão será discutida na Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda, com uma reunião virtual anterior para avaliar a situação e encontrar estratégias para informar os conselhos municipais sobre as dificuldades.

Sem mais pontos discutidos, a Vice Presidente Aline Araújo deu por encerrada a reunião ordinária.



Documento assinado eletronicamente por **Edval Costa Serpa Junior, Usuário Externo**, em 24/04/2025, às 18:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elciana Roque De Souza Andrade, Usuário Externo**, em 24/04/2025, às 21:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Verinilson Lima Lucio, Usuário Externo**, em 25/04/2025, às 07:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Emanuela Silva Brito, Usuário Externo**, em 25/04/2025, às 09:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Melo Teixeira, Coordenador III**, em 25/04/2025, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Laércio Conceição Santana, Coordenador III**, em 25/04/2025, às 12:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Conceição Pinto Souza, Representante Legal da Empresa**, em 26/04/2025, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Garcia Barreiro, Usuário Externo**, em 29/04/2025, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Esteves Ferreira, Coordenador II**, em 05/05/2025, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Janaína Dias de Oliveira, Usuário Externo**, em 07/05/2025, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thaís Maria Machado Silva, Usuário Externo**, em 09/05/2025, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Ribeiro Xavier Santos, Usuário Externo**, em 09/05/2025, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kâhu Santos Soares Pataxó, Usuário Externo**, em 12/05/2025, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cintia Palma Bahia, Usuário Externo**, em 12/05/2025, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Gardel de Araújo Aragão, Coordenador II**, em 16/05/2025, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriele Rocha Dultra, Coordenador II**, em 16/05/2025, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Trindade Veloso, Assessor Técnico**, em 16/05/2025, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Catarine Portinho Santana, Assessora Administrativa**, em 16/05/2025, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jonata da Costa Lopes Oliveira, Coordenador III**, em 16/05/2025, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Di Natale Guimarães, Coordenador II**, em 16/05/2025, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jamilton Fernandes Santos, Coordenador Técnico**, em 16/05/2025, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aline Araújo Silva, Coordenadora Técnica**, em 23/05/2025, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00112574359** e o código CRC **AC975F65**.